

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MÁRCIO DE MATTOS RODRIGUES

**A SOCIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO:
As experiências na mediação entre visitantes e o acervo do memorial Indígena
do Instituto Anchietano de Pesquisas**

**São Leopoldo
2020**

MÁRCIO DE MATTOS RODRIGUES

A SOCIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO:
As experiências na mediação entre visitantes e o acervo do Memorial Indígena do
Instituto Anchietano de Pesquisas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
História, pelo Curso de Licenciatura em
História da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

São Leopoldo

2020

Àquela que desde a minha infância despertou a
História e a Arqueologia como sonhos da minha
vida: Therezinha de Mattos Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso é dedicado a:

Meus familiares, mas em especial à minha mãe Teresa, meu pai José, Cristiana minha irmã, filha e neta amadas Anna Júlia e Luíza e a minha amada esposa Daniela que tanto me incentivou durante todo o tempo da elaboração desse trabalho.

Meus amigos de Unisinos: Estéfano Alves (o guerreiro), Débora Weber e Dalvan Rech, com os quais compartilhei horas de boas conversas e ensinamentos.

A equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas. Foram mais que orientadores da minha iniciação científica, são hoje meus amigos. Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, prof. Ma. Denise Schnorr, prof. Me. Suliano Ferrasso, prof. Me. Jandir Damo, prof. Dr. Marcus Beber e meu orientador prof. Dr. Jairo Rogge.

Aos meus queridos professores que fizeram parte do meu dia a dia acadêmico durante estes últimos anos. Obrigado pelo carinho e pelas ótimas conversas que tivemos. Um agradecimento especial aos professores que não negaram sugestões e conselhos para a realização do meu trabalho junto ao Memorial Indígena, profa. Dra. Eloísa Capovilla, profa. Dra. Sirlei Gedoz, profa. Dra. Ana Paula Korndörfer e prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues.

Aos meus padrinhos da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, prof. Dr. Raul Novasso, prof. Dr. Marlon Borges Pestana e prof. Dr. Jorge Eremites.

Ao saudoso amigo prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, in memoriam.

... a verdadeira força da experiência no museu não se baseia na eficácia em transmitir grandes quantidades de conteúdo, mas na capacidade de gerar entusiasmo e interesse na aprendizagem da ciência".
Adriana Mortara Almeida - Pós-doutorada na área de Museologia

RESUMO

Os museus são ambientes que armazenam, socializam e compartilham objetos materiais com o propósito de manter e resgatar a história humana. Esses espaços podem promover diálogos e questionamentos sobre o passado, sua relação com o presente e possíveis conexões com o futuro. Esse trabalho pretende apresentar o processo de interação entre o público visitante e o acervo arqueológico do Instituto Anchieta de Pesquisas. Ao longo desse trabalho pretendo apresentar os resultados obtidos utilizando processos metodológicos da Museologia junto com a Pedagogia. A Educação Patrimonial como um tema interessante e com a participação ativa dos visitantes. A utilização do espaço museológico como local de aprendizagem extra-classe, com temas abordados no currículo escolar das escolas visitantes.

Palavras chave: Museu. Acervo Arqueológico. Patrimônio. Arqueologia. Educação Patrimonial.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Fachada da antiga sede da Unisinos e casa dos Jesuítas	11
Imagem 02 – Memorial Indígena ou Museu de Arqueologia	14
Imagem 03 – Machados expostos no Memorial Indígena ou Museu de Arqueologia	22
Imagem 04 – Réplicas de pinturas rupestres do museu	23
Imagem 05 – Detalhe de réplicas de pinturas rupestres do museu	24
Imagem 06 – Cartilha Educação patrimonial IPHAN	28
Imagem 07 – Peter Wilhelm Lund(1801-1880)	29
Imagem 08 – Logotipo do CEPA	30
Imagem 09 – Coleção Réplicas Líticas Arqueológicas	35
Imagem 10 – Machado Lunar	36
Imagem 11 – Machado Polido	36
Imagem 12 – Raspadores, furadores e ponta de flecha	37
Imagem 13 – Atividade realizada com turma de Educação Infantil	36
Imagem 14 – Atividade realizada com turma de Educação Infantil	36
Imagem 15 – Desenho utilizado para turmas de Educação Infantil	35
Imagem 16 – Publicação de Herberts e Comerlato	40
Imagem 17 – Publicação de Martins	41
Imagem 18 – Publicação de Vicoski	41

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 01 – Visitantes do museu em 2017	17
Grafico 02 – Visitantes do museu em 2018	18
Grafico 03 – Visitantes do museu em 2019	18

LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
IAP	Instituto Anchieta de Pesquisas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FNC	Fundo Nacional da Cultura
PPCM	Política de Patrimônio Cultural Material
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
	1.1 A intermediação do acervo com o público	16
2	METODOLOGIA	20
3	JUSTIFICATIVA	29
4	OBJETIVOS	35
5	CONCLUSÃO	47
6	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apresentar as atividades exercidas no Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), mais precisamente em seu Memorial Indígena. Outrora, denominado Museu de Arqueologia, teve sua classificação alterada devido a exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Através das práticas vivenciadas nesse local, percebeu-se a necessidade de estudos e materiais complementares como facilitadores para o desenvolvimento dessa atividade.

Fundado pelos jesuítas da Província Meridional em Porto Alegre no dia 22 de abril de 1956, o IAP reunia os principais pesquisadores da Ordem publicando seus trabalhos, dando continuidade aos seus projetos e mantendo seus acervos. O instituto funcionou na capital gaúcha até 1969, ano de inauguração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, sendo transferido para suas instalações na região central de São Leopoldo (Imagem 01). Neste período, chegou a ocupar 5 andares da instituição. Após 46 anos, o IAP é transferido com todo o seu acervo para o Campus da UNISINOS no bairro Cristo Rei, em São Leopoldo. Neste novo espaço, com a aquisição de uma sala extra, é “montado” o Museu de Arqueologia ou Memorial Indígena.



Imagem 01 – Fachada da antiga sede da Unisinos e casa dos Jesuítas. – foto acervo Unisinos

Além desse espaço, o Instituto possui outro acervo também de acesso ao público denominado Memorial Jesuítico. Localizado no andar térreo do prédio da biblioteca da Unisinos, estão expostos nesse local, objetos da Liturgia Católica utilizados pelos jesuítas nos últimos 300 anos, valendo destaque para o conjunto de estatuária missioneira¹. Ambos os espaços possuem material histórico e arqueológico registrados e catalogados. Para serem expostos, atendem às normas de preservação e manutenção definidas pelo IPHAN.

Essa proposta de pesquisa abordará especificamente o Museu de Arqueologia, e o método de apresentação de seu acervo aos visitantes.

Será abordada a forma construída do modo de apresentação do conteúdo desse espaço museológico e a forma como os objetos expostos se relacionam com a memória da nossa sociedade e seu patrimônio . Segundo Marly Rodrigues:

“A memória social aflora, assim como portadora de historicidade; as condições de construí-las são mutáveis e ela reflete as relações políticas, de possibilidades de exercícios de direitos, que cada segmento social e também cada indivíduo tem em determinado tempo. Reflete também a valorização que a sociedade dá ao passado a memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares.” (Rodrigues, 2002, p.18)

¹ Estatuária Missioneira - A imagem foi um dos meios usados pelos Jesuítas para transformar a sociedade primitiva guarani. Na primeira fase da produção, no sec XVII, os artífices guarani expressavam um comportamento minucioso na imitação dos moldes europeus. A fase criativa apareceu mais tarde no sec XVIII, quando o domínio técnico e formal se consolidou, a assimilação das formas locais de arquitetura e escultura, aliada a sensibilidade do artesão indígena, passaram a produzir um outro estilo, o Barroco Mestiço. Fonte: Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga. <https://www.saoluizgonzaga.rs.gov.br/site/conteudos/784-estatuaria-missioneira>

Seguindo, Márcia D'Alessio afirma em seu artigo "Metamorfoses do patrimônio – o papel do historiador" que:

"...a ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social". Trata-se, portanto, de "uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar traços e marcas dos grupos humanos" (D'Alessio, 2012, p.79).

Na continuidade da descrição desse trabalho cabe lembrar que o Instituto Brasileiro de Museus define que:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar: a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas.

Disponível em: <www.museus.gov.br/museu/>.

Acesso: 20.01.2020

Esse espaço não permanece aberto ao público em tempo integral. As visitas ao acervo necessitam ser previamente agendadas para que, seguindo um cronograma, o grupo ou pessoa interessada sejam acompanhados por um monitor designado pela direção do IAP. Esses agendamentos são realizados através de e-mail disponível do site do Instituto ou por meio de ligação telefônica. <http://www.anchietano.unisinos.br>. Alguns agendamentos são realizados por intermédio da reitoria da universidade. O local (foto 02), apesar de possuir um espaço limitado, abriga uma diversidade de artefatos produzidos por diferentes grupos indígenas que habitaram o território brasileiro. Boa parte desse material foi descoberto e armazenado em um período muito anterior a definição de Arqueologia Brasileira. Muitos são provenientes de trabalhos realizados por pesquisadores jesuítas e de doações de moradores e proprietários de estâncias que encontravam esse material no início do século XX. A própria Ordem Jesuíta, possuía um pequeno museu onde esse material era exposto aos religiosos e alunos do colégio na cidade de São Leopoldo.



Imagem 02 - Memorial Indígena ou Museu de Arqueologia – foto Márcio de Mattos Rodrigues

O diretor da instituição, padre Pedro Ignácio Schmitz, responsável pelo projeto e execução do espaço, justificando a necessidade desse ambiente, afirma que:

“Um dos seus objetivos é mostrar a diversidade de culturas indígenas presente no nosso continente, a fim de superar a ideia de que todos os grupos nativos da América eram (ou são) muito similares. Nesse sentido, os mediadores procuram conversar com o público acerca das diferentes formas de assentamento adotadas por cada grupo indígena, das diferentes culturas materiais produzidas por elas, das diversas maneiras de cada um sepultar e tratar os seus mortos, entre outros aspectos relevantes para se compreender a história humana. Faz parte da experiência da visita aprender sobre o papel do arqueólogo, bem como das suas escavações na tarefa de construção da história das sociedades indígenas. Nesse sentido, o museu também possui alguns dos materiais básicos de escavações, possibilitando ilustrar a atividade em campo. O espaço também conta com uma coleção osteológica, formada por remanescentes de animais que interagiram com as sociedades americanas.”

<http://institutoanchietanodepesquisas.blogspot.com/2016/04/museu-de-arqueologia-do-iap-unisinos.html>

A Educação Patrimonial deve ser vista como parte integrante necessária do currículo escolar. Para que o aluno possa compreender sua herança histórica faz-se necessária a orientação de como acessar o seu Patrimônio Histórico. Segundo a definição de HORTA, a Educação Patrimonial:

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”

1.2 A intermediação do acervo com o público.

Após as explicações iniciais, participantes adentram ao museu e, de acordo com o tempo disponível pelo grupo, a visita divide-se em duas etapas. A primeira dela é visualizar o material exposto. O visitante pode percorrer livremente o museu, observando todo o seu conteúdo. Na segunda etapa, são convidados para um bate-papo. O museu possui uma boa quantidade de pequenos tapetes trançados que podem ser utilizados individualmente pelos visitantes para sentarem ao chão formando uma “roda de conversa”, obviamente tendo total liberdade aqueles que optarem por ficar em pé. A apresentação inicia-se com um breve relato sobre as histórias do IAP e da Arqueologia Brasileira e Gaúcha.

“A pesquisa arqueológica é uma tradição no Rio Grande do Sul, o que garantiu ao Estado a posição de liderança no registro dos sítios. São 3.263 sítios cadastrados no Iphan e merece destaque, também, a atuação do Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) que, há mais de 50 anos, realiza pesquisas teóricas e escavações. Diversas outras universidades atuam na área e oferecem cursos de graduação e pós-graduação.

No início dos anos 2000, o Iphan promoveu as escavações e a construção do Laboratório de Arqueologia no Sítio de São Miguel Arcanjo, além de atualizar o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), facilitando o acesso público à informação. Resultado de numerosas escavações, mais de 40 mil fragmentos integram o acervo arqueológico nas Missões Jesuíticas. Uma delas, a da fonte em São Miguel das Missões, permitiu encontrar vestígios do aproveitamento hídrico no período colonial, resultando na implantação de um parque urbano pela prefeitura da cidade.”

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/665/>

Os grupos são geralmente formados por estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio mas, eventualmente, o museu recebe vistas de alunos da Educação Infantil, graduandos da Unisinos e de outras instituições, além de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

A divulgação desse acervo é realizada através do website e blog do IAP, departamento de comunicação da Unisinos, por alunos e visitantes que publicam fotos e relatos em suas páginas de rede social.

O número de visitas varia de acordo com as atividades exercidas pelas escolas, mas pode-se observar que, através dos gráficos abaixo, no ano de 2019 esse número cresceu consideravelmente.

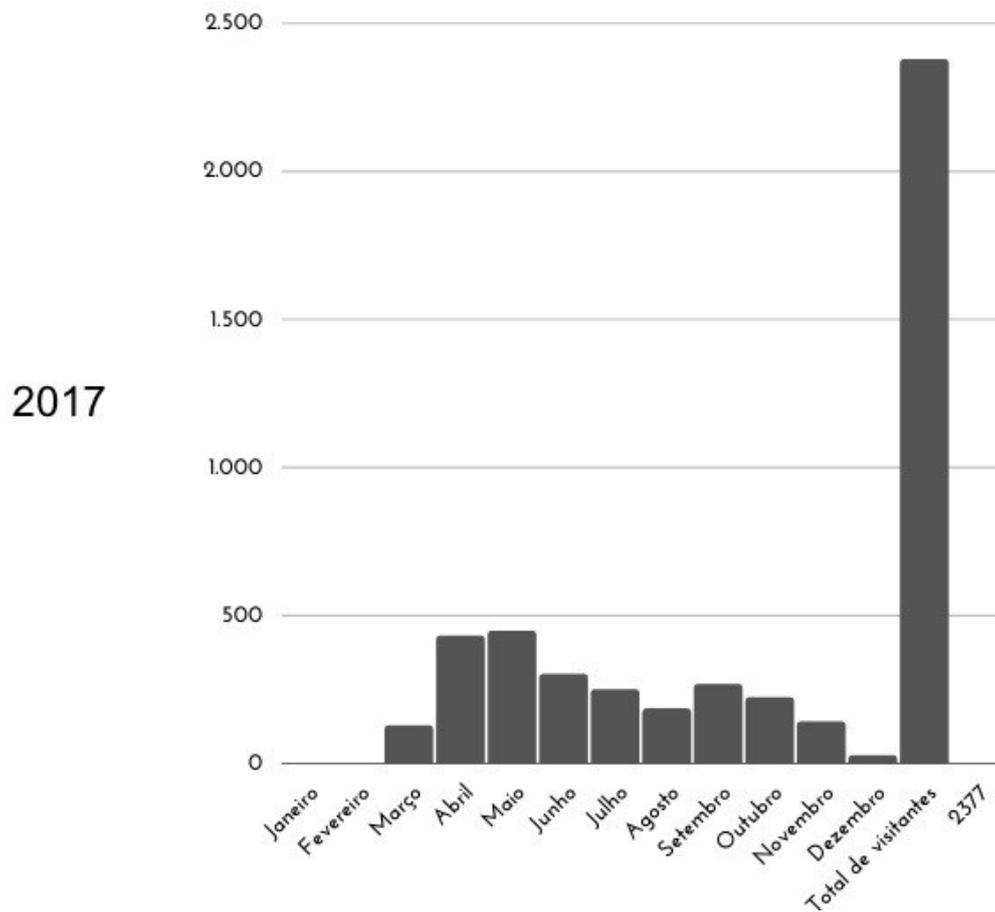


Gráfico 01

2018

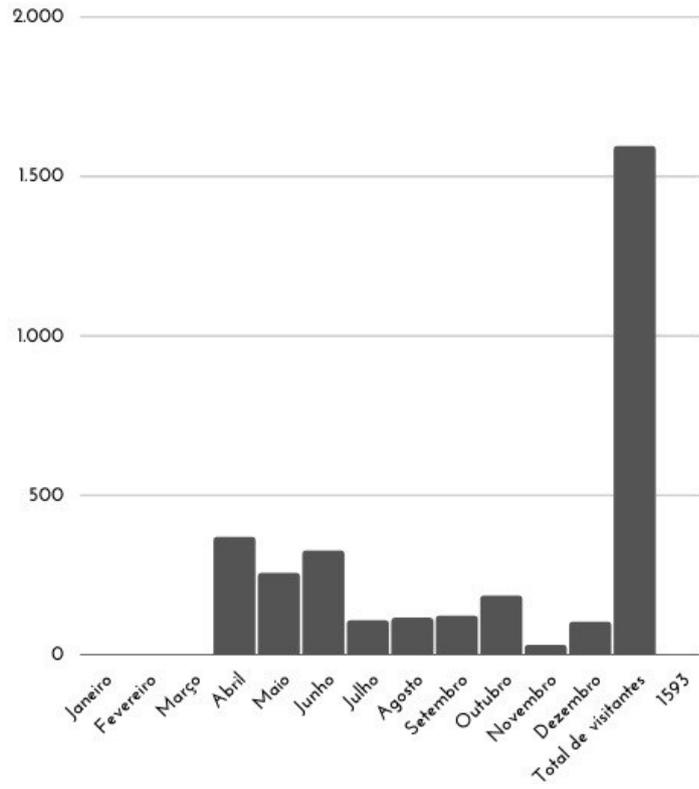


Gráfico 02

2019

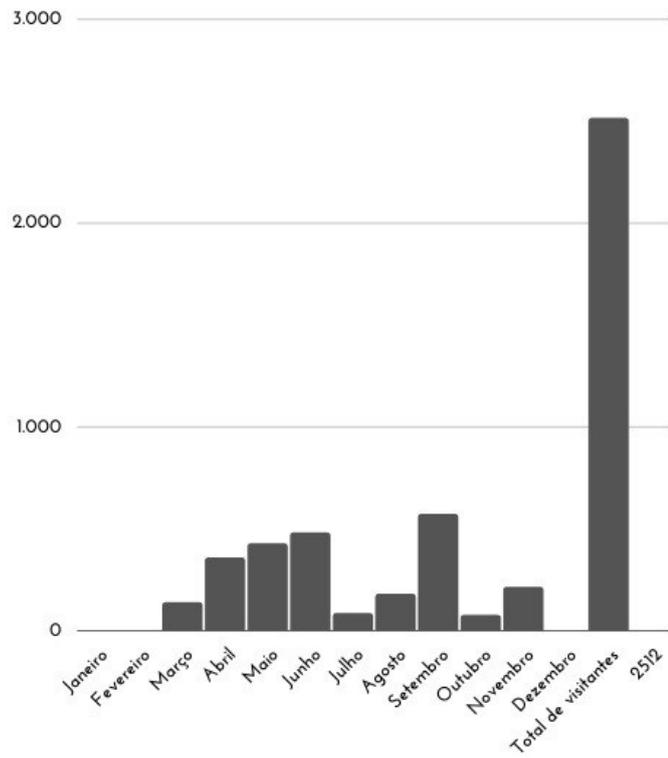


Gráfico 03

Quantidade de visitantes no período entre 2017 e 2019:

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2017	0	0	125	428	445	299	248	183	265	220	139	25
2018	0	0	0	367	254	324	105	113	120	182	28	100
2019	0	0	136	356	425	479	83	178	569	74	212	0

Total de visitantes por ano:

ANO	TOTAL
2017	2.377
2018	1.593
2019	2.512

Total de visitantes nos 3 anos:

TOTAL DE VISITANTES EM 2017, 2018 E 2019	6482
---	-------------

2. METODOLOGIA

Quando ingressei no IAP há mais de 3 anos, primeiramente como voluntário, para depois passar à categoria de bolsista, fui com o propósito de agregar conhecimentos em paralelo ao curso de História, entretanto, a paixão pela Arqueologia fez brotar um novo caminho de interesse, a preservação do material arqueológico e sua exposição ao público.

Após um ano realizando atividades de manutenção e restauro, fui convidado a receber e monitorar as visitas ao acervo. Inicialmente, segui o padrão que conhecia e simplesmente repetia as informações que tinha sobre os objetos expostos e as culturas que os produziram. Entretanto, essa situação me incomodava, pois sentia a necessidade da interação dos visitantes. Como aluno do curso de Licenciatura em História sentia a necessidade da provocação, da reação do público. O museu não poderia ser apenas um transmissor de informações e sim um estimulador do pensar.

Uma questão me incomodava. O material exposto não deveria ser apresentado apenas por seu modo de utilização e significado. Fazia-se necessário pensar, quem criou esse objeto? Qual o material usado para a sua elaboração? O que acontecia no período em que foi criado? A que comunidade pertencia essa peça? E o porquê desse objeto ter parado de ser produzido ou a sua influência na construção de utensílios semelhantes em nossa atualidade. Ao pensarmos em todo esse material como patrimônio histórico e cultural de nossa sociedade, concordo com a afirmação de Soares que:

“Na construção de um conceito de patrimônio, seja ele histórico, artístico, cultural, seja emocional, estamos ante situações nas quais a contextualização é fundamental para a existência do objeto, dado o perigo de serem realizadas „coleções museológicas“ desprovidas de qualquer sentido na preservação da memória.” (SOAREZ, 2003, p. 21)

Devido à influência de alguns professores do curso, com a forma com que apresentavam suas aulas tomei a decisão de propor à direção do Instituto uma reformulação na apresentação do museu.

“A partir dessas inferências, acreditamos nas interfaces entre patrimônio cultural e educação. Mas como mediar um processo educativo que permita a atribuição de sentidos aos patrimônios? Por meio de processos de

conhecimento, um conhecimento pertinente, que enseje a identificação, compreensão, incerteza, percepção de nossa condição planetária e responsabilidade uns para com os outros.” (MORIN, 2000).

Tendo essa proposta aprovada passei à etapa seguinte, que seria a pesquisa sobre modos pedagógicos para o desenvolvimento dessa atividade. Inicialmente, por questões de agilidade e tempo, fiz algumas pesquisas pela Internet e assisti diversos vídeos produzidos por historiadores que utilizam uma forma não tanto acadêmica para narrarem fatos históricos. Em seguida, comecei a me aprofundar na “contação de histórias”. Por ter um público de faixas etárias e níveis de escolaridade diversos, como deveria ser a forma correta de interação com eles?

Em seu livro “Contar Histórias: Uma arte sem idade”, Maria Betty Coelho nos ensina que “antes de narrar a história deve-se abrir espaço para uma boa conversa.” COELHO (1999, p.47). Estava aí a minha primeira lição. Não bastava ter conhecimento do que iria apresentar. Ao receber a listagem com a programação semanal de visitas, procurava informações sobre as escolas através da Internet. Alguns dados fundamentais para a interação com o grupo seriam; localização e dados sobre a cidade em que moram os visitantes, estilo e condições da escola, entre outros. Tinha na verdade, que conhecer mesmo superficialmente um pouco do público que iria receber. Outro fator de suma importância seria a forma como receber os visitantes. Antes da entrada ao local de visita, seriam recebidos com algumas instruções sobre a segurança dos objetos arqueológicos, mas principalmente, que aquele material ali exposto também lhes pertencia por ser um patrimônio da União. Tomei, desde o início o discurso de que devemos proteger esse material tão importante à nossa cultura e à nossa história, ao invés de utilizar frases com comentários proibitivos ou negativos. Para muitas idades não basta informar que não se pode fazer determinada ação, temos que explicar o porque desse ato não ser aceito.

A construção desse processo de apresentação em muito baseou-se na leitura do psicólogo Lev Vygotsky(1896-1934), precursor da Psicologia Cultural-Histórica que realizou diversos importantes estudos sobre a aprendizagem mediada. Vygotsky procedeu inúmeros testes com animais. Em um destes experimentos, demonstrou que um macaco foi treinado a pegar uma banana que havia sido colocada no alto de

Os signos fazem parte dos elementos mediadores, e são exclusivamente humanos. De acordo com a definição do dicionário Houaiss:

“Signo é "qualquer objeto, forma ou fenômeno que representa algo diferente de si mesmo”.

Vygotsky demonstra que a linguagem é toda composta por signos. Para ele, quando citamos a palavra cadeira, imediatamente o receptor dessa mensagem imagina o objeto cadeira. Ele demonstra assim que o ser humano tem a capacidade de construir representações mentais sem a necessidade de ter esses objetos materiais in loco, marca evolutiva que o distingue das outras classes animais.

Tomando como base esse segundo elemento mediador, podemos utilizar a série de reproduções de pinturas rupestres expostas na parede à esquerda da entrada do museu como tema de discussão (imagens 04 e 05). Os participantes são convidados a realizar a leitura dessas pinturas, seus significados e as ações registradas nas obras. É o momento em que conseguimos a atenção de todos pois acaba tornando-se um jogo de erros e acertos. O objetivo não é demonstrar quem sabe mais, quem acerta mais, e sim reforçar a participação coletiva.



Imagem 04 - Réplicas de pinturas rupestres do museu – foto Márcio de Mattos Rodrigues



Imagem 05 - Detalhe de réplicas de pinturas rupestres do museu – foto Márcio de Mattos Rodrigues

As réplicas reproduzem as imagens das pinturas rupestres encontradas em pesquisas de campo realizadas desde a década de 1970 pelo Instituto Anchieta de Pesquisas, que abrangeram as regiões de Mato Grosso, Goiás e Bahia e datam aproximadamente 11.000 anos.

Segundo Schmitz:

“Arte Rupestre é chamada toda expressão gráfica – gravura ou pintura – que utiliza como suporte uma superfície rochosa, independentemente de sua qualidade e de suas dimensões: podem ser as paredes de abrigos, de grutas ou de penhascos, mas também de rochas isoladas ou agrupadas em campo aberto.” pp 07

Além de proporcionar aos visitantes a atividade de pensar sobre os objetos arqueológicos, o Memorial também tem a função de preservar a história e a memória dos primeiros habitantes de nosso território. Hoje em dia, são cada vez mais difundidas as práticas de preservação e extroversão da memória. Os museus e

memoriais já não são vistos por boa parte da população como apenas um lugar com curiosidades onde vão apenas para “passar o tempo”. Muitos desses visitantes classificam estes locais como reservas das provas materiais de sua ancestralidade e histórias passadas. Segundo Le Gof:

“A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” p.475.

Essa Memória Coletiva acaba atuando como parte da identidade social. Podemos trabalhar com os visitantes acontecimentos e traçar comparativos entre o passado e o presente, além de pensarmos o futuro. O historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari, cita em seu livro “Patrimônio histórico e cultural” que “as políticas culturais da memória partem da definição dos objetos culturais significativos para aquela comunidade de sentidos. Uma vez selecionados, esses objetos se tornam metáforas que dizem aos membros da comunidade quem somos nós em relação ao outro.”

Da necessidade da manutenção desse material que reafirma a memória coletiva, trabalhamos também a questão da Educação Patrimonial. Sua regulamentação e aplicação está embasada na Portaria 375.

PORTARIA Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

CAPÍTULO I - DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Art. 7º Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades.

Art. 8º A Educação Patrimonial, em função de seu caráter transversal, deve acompanhar todas as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural material.

Art. 9º A Educação Patrimonial, contemplando os processos educativos formais e não formais, colabora com:

- I. A construção participativa e democrática do conhecimento;
- II. A criação de canais de interlocução com a sociedade;
- III. A participação efetiva da sociedade nos processos de preservação;
- IV. O respeito à diversidade cultural;
- V. A articulação institucional, e
- VI. A compreensão do papel do Estado e da PPCM.

Art. 10. São instrumentos de Educação Patrimonial associados aos processos do patrimônio cultural material:

- I. O Inventário Participativo;
- II. As Redes do Patrimônio; e
- III. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

Parágrafo único. A existência de instrumentos específicos associados ao processo de Educação Patrimonial não impede que sejam utilizados, para cumprimento de seus objetivos, outros instrumentos, ferramentas, procedimentos e metodologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto ou natureza da ação de preservação a ser executada.

Antes mesmo de divulgada essa portaria, havia por parte de muitos pesquisadores, professores, entidades culturais, acadêmicos e outros profissionais da área, o interesse em conscientizar a população sobre a preservação do patrimônio de nosso país. No ano de 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional e o Museu Imperial publicam Guia Básico de Educação Patrimonial. Este guia define que:

“A Educação Patrimonial é instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sócio cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e a comunidade, a valorização da cultura brasileira, compreendido como múltipla e plural.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2000. p. 6).

Resumidamente, para a educadora Allana Pessanha de Moraes, a Educação Patrimonial:

“Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na necessidade do passado, para compreendermos melhor o presente e projetarmos o futuro.” MORAES, p. 6.

Entre os anos de 2011 e 2012, o IPHAN publica a cartilha Educação Patrimonial, como parte do Programa Mais Educação (Imagem 06). Esta publicação didática tinha por objetivo facilitar o entendimento àqueles que interessavam-se pelo tema. Com apenas 20 páginas e um conteúdo sucinto e bem ilustrada, a cartilha atinge um público que independe de classe cultural ou social. A publicação utilizou-se de uma linguagem de fácil entendimento utilizando-se apenas de elementos da cultura brasileira. Sua edição on-line encontra-se ainda disponível no site do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

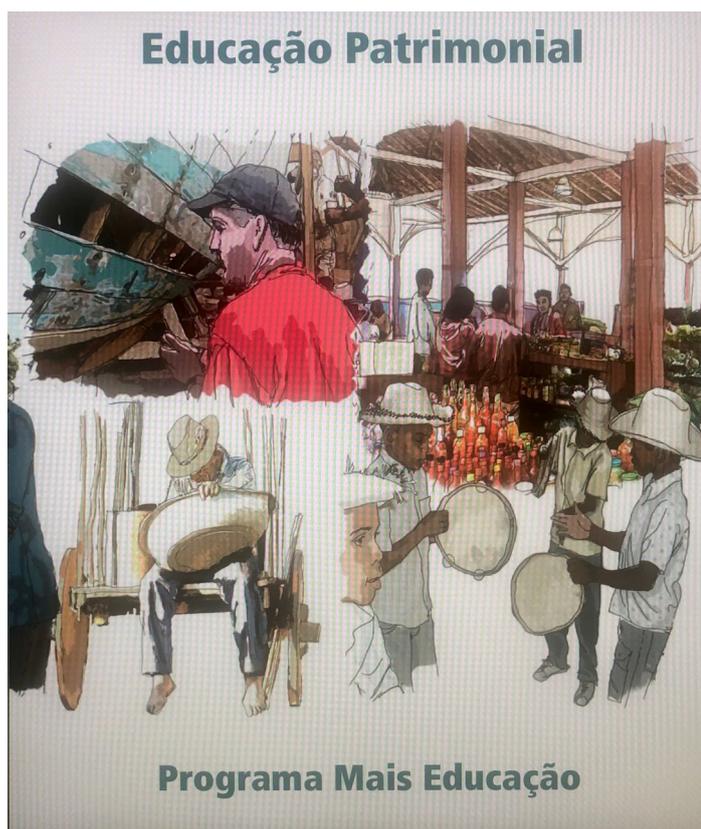


Imagem 06 – Cartilha Educação patrimonial IPHAN

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192

Com base nesta publicação, tenho objetivo criar um modelo semelhante para ser utilizado como material de apoio pelos grupos que visitarem o museu. Essa proposta será melhor detalhada no capítulo “Objetivos” desse trabalho.

3. JUSTIFICATIVA

O que viria a ser chamada Arqueologia Brasileira, dá-se início no século XIX com os cientistas europeus com idéias evolucionistas, que vinham ao nosso território coletar material para suas pesquisas. Junte-se também a esse grupo os colecionadores que inseriam em seus acervos, objetos pré-históricos retirados de seu local original apenas com o propósito de exibí-los como curiosidades, sem qualquer preocupação de registros sobre a origem e localização desse material. Mas as primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil aconteceram realmente com a chegada do naturalista dinamarquês, Peter Wilhelm Lund em 1833 (imagem 07). Seu local de trabalho foram as inúmeras cavernas localizadas na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Lund recolheu uma quantidade enorme de material fóssil e arqueológico entretanto, boa parte desse material foi enviada para instituições na Europa.

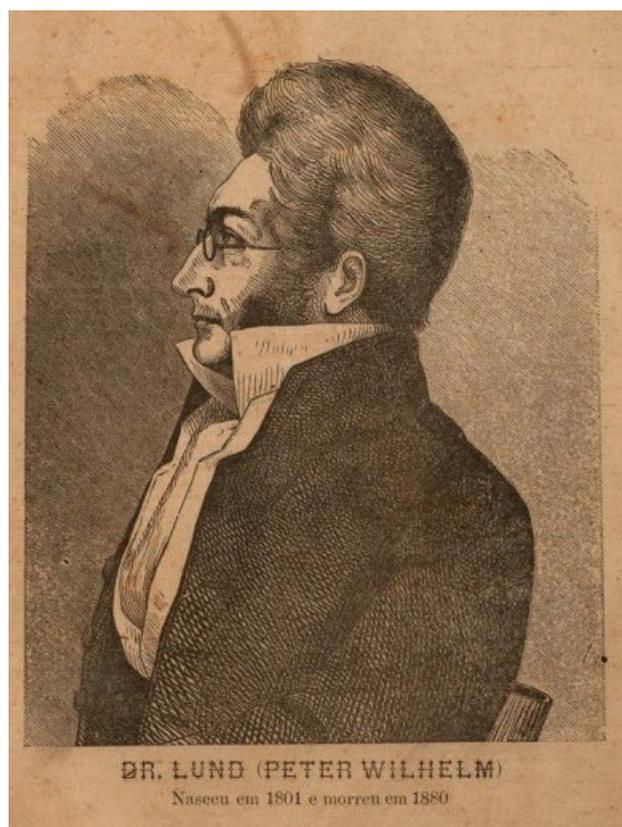


Imagem 07 – Peter Wilhelm Lund(1801-1880) – Fonte: Museu Nacional

Desde o século XIX até o início da década de 1950, os trabalhos de Arqueologia no Brasil eram feitos por pesquisadores amadores. Em 1954 acontece no estado de São Paulo o Congresso Internacional de Americanistas, considerado um marco da Arqueologia Brasileira. O Congresso reuniu pesquisadores estrangeiros e brasileiros acontecimento inédito até então em nosso país. Este evento contou com nomes destacados na pesquisa brasileira como Paulo Duarte do Museu Paulista, Castro Faria do Museu Nacional do Rio de Janeiro, José Loureiro Fernandes da Universidade Federal do Paraná, que fundaria o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA).

Fundado no Paraná em 1958, o CEPA (Imagem 08) tinha como objetivo a formação de pesquisadores brasileiro em Arqueologia. Durante os anos iniciais, o centro contou com professores como o norte-americano Wesley Hurt (Indiana University), os franceses Joseph e Anette Laming Emperaire (Museu do Homem de Paris), os também norte-americanos Clifford Evans e Betty Megers (Instituto Smithsonian), entre outros.



Imagem 08 – Logotipo do CEPA

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cepa/>

Após o Golpe Militar de 1964, é criado o PRONAPA, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, patrocinados pelo CCPq e Smithsonian Institution.

Em entrevista ao Instituto Brasileiro de Arqueologia, o professor Ondemar Dias afirma que:

“O objetivo do PRONAPA era o de levantar a potencialidade da maior área possível para futuras abordagens, áreas definidas, sobretudo em função de bacias hidrográficas. Coletar populações de artefatos culturais através da abordagem em termos de prospecções de superfície e subsuperfície”.

Fizeram parte do PRONAPA os seguintes pesquisadores:

Região Sul – Pedro Ignácio Schmitz, José Brochado, Eurico Miller, Igor Chmyz, Wilson Rauth e Walter Piazza.

Região Sudeste – Silvia Maranca, Ondemar Dias e Celso Perota.

Região Centro-Oeste – Pedro Ignácio Schmitz.

Região Nordeste – Valentín Calderón, Nássaro Nasser e Mario Simões.

É necessário que conheçamos um pouco da trajetória da pesquisa arqueológica em nosso país. Erroneamente, os livros didáticos adotados pelas instituições educacionais do Ensino Fundamental e alguns do Ensino Médio, praticamente “apagam” os períodos que antecedem a chegada dos exploradores portugueses ao Brasil. Quando os professores das escolas participantes propoem a saída, fomentam questionamentos e debates com seus alunos. Alguns desses professores relatam que foram alunos da Unisinos e que, com a ajuda do material exposto e das provocações proporcionadas durante a visita, conseguem resultados superiores caso o tema abordado ficasse restrito apenas à sala de aula

Uma das formas de avaliarmos a satisfação dos visitantes, são os relatos recebidos verbalmente por parte dos professores e monitores dos grupos, e-mails, publicações em páginas sociais, entre outros.

Muitas vezes os professores agregam as saídas de campo com atividades já desenvolvidas em salas de aula ou como tema de pesquisa. Uma tarefa realizada com alguma frequência é a que o aluno deve observar todo o conteúdo do museu, escolher a peça que mais lhe agrada e elaborar uma pesquisa sobre esse objeto para ser apresentado em sala de aula.

Em setembro de 2018, recebemos a visita do CAPS II ³ - Centro de Atenção Psicossocial de São Leopoldo que tornou-se um marco para o nosso trabalho, quando pudemos ampliar o público atendido.

A seguir, a carta de agradecimento enviada pelo grupo e publicada, com autorização da entidade no blog do Instituto Anchietano de Pesquisas:

“ Texto coletivo do Grupo Viver sobre o passeio aos museus na Unisinos

No dia 03 de setembro de 2018, nós do Grupo Viver do CAPS II Capilé, visitamos os museus da Unisinos: o Museu Anchietano e o Museu Capela. Neste dia, tinha muita chuva, mesmo assim o passeio foi bom e muito educativo. Já para Rogério, foi muito "molhativo", pois estava sem guarda-chuva e foi ao museu errado: Museu do Rio dos Sinos. Pra piorar, o museu estava fechado. Saímos do CAPS Fernanda, Nilmara e Maria Ernestina, motivadas para chegar logo no museu.

Não desistimos, pois tínhamos convicção que seria bom conhecer mais sobre as culturas antigas. Chegamos no trem e logo avistamos o Renato, que parecia preocupado mas foi só nos ver que abriu aquele sorriso, essa pessoa tão amiga. Pegamos o circular e chegamos na Unisinos. Lá encontramos a Cláudia, que ansiosa e pacientemente nos esperava. Ao nos deparar com a Unisinos, pensamos sobre a quantidade de pessoas que lá frequentam e encontram refúgio para seus estudos.

Fomos recepcionados pelo Márcio e a Denise, que são funcionários da Unisinos responsáveis pelos museus.

O Márcio foi quem nos acompanhou o tempo todo para nos apresentar os museus.

CAPS II: Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

No Museu Anchieta, explicava com amor sobre cada objeto, cerâmicas, arco, flechas, painéis, construções, pinturas e imagens referentes às culturas dos povos indígenas, principalmente da América Latina. O que chamou a nossa atenção foram os painéis grandes de cerâmica que quando velhos eram utilizados como urnas funerárias para enterrar seus mortos, que dentro delas eram acomodados. Também chamou a atenção o tamanho do arco e flecha original e as pinturas rupestres.

Foi muito importante esta visita para conhecer e respeitar mais as culturas indígenas, quebrando alguns paradigmas sobre as suas formas de convívio com a natureza. No Museu Capela, vimos os vestuários dos padres, jesuítas, bispos e papas. Havia imagens de santos, uma delas feita por um indígena, castiçais, cálices, um oratório e uma Bíblia toda escrita em latim. Nesse museu, chamou a atenção a pedra angular que certifica o sagrado à Igreja, a estátua de um menino, as esculturas em madeira, a lápide que parece um tijolo, a foto da ruína de São Miguel.

Foi interessante conhecer este museu para saber mais sobre os jesuítas, a importância que dão para o conhecimento e conhecer outro ponto de vista sobre a posição da Igreja na época da colonização. Tivemos a triste coincidência de nossa visita acontecer um dia após o trágico incêndio no principal Museu do Brasil, que destruiu toda sua estrutura e mais de 18 milhões de itens em seu acervo. Com isso, pudemos refletir a respeito da importância de que o Estado e as instituições deem o devido cuidado e investimento para manter a nossa história viva para o acesso de todos. Assim como, que todos os cidadãos reconheçam a importância dos museus e busquem conhecer a história a partir do ponto de vista não apenas dos povos dominantes.

Por Adriele, Fernanda, Márcio, Maria Ernestina, Nilmara,
Renato e Rogério “

Fonte: <https://institutoanchietanodepesquisas.blogspot.com/2018/10/texto-coletivo-do-grupo-viver-sobre-o.html>

4 OBJETIVOS

Tornar o espaço museológico um local interativo, onde jovens e adultos, além de interagirem nas apresentações, poderão participar de atividades experimentais e manipular réplicas de material arqueológico.

Através da Oficina de Réplicas do Museu de Geociências da USP, o memorial recebeu a doação da “Coleção Réplicas Líticas Arqueológicas” (imagens 09, 10, 11 e 12)) que estão sendo utilizadas nas apresentações como material de apoio.



Imagem 09 – Coleção Réplicas Líticas Arqueológicas

<http://oficinadereplicas.igc.usp.br/items/show/66>



Imagem 10 – Machado Lunar

<http://oficinadereplicas.igc.usp.br/items/show/66>



Imagem 11 – Machado Polido

<http://oficinadereplicas.igc.usp.br/items/show/66>



Imagem 12 – Raspadores, furadores e ponta de flecha

<http://oficinadereplicas.igc.usp.br/items/show/66>

O memorial, por ser um local de fácil acesso, seja por sua localização física ou pela comodidade do agendamento das visitas via e-mail, telefone, sistema Conecta Unisinos, entre outros, recebe visitantes de todas as faixas etárias.

Entre as inúmeras experiências vivenciadas nesse ambiente, as que mais me proporcionaram alegrias foram as visitas de escolas da Educação Infantil.

É nesse momento que o educador tem que colocar em prática seus conhecimentos pedagógicos e procurar estabelecer uma conexão com os pequenos visitantes. A própria disposição dos objetos nos expositores dificulta o acesso a esses pequenos visitantes e, alguns objetos têm que ser retirados e apresentados em mãos, o que lhes causa bastante euforia redobrando nossos cuidados com esse patrimônio. O discurso acadêmico deve ser substituído pela contação de histórias não muito longas, teatralização dos enredos e a realização de atividades lúdicas (imagens 13 e 14).



Imagem 13 – Atividade realizada com turma de Educação Infantil

foto Márcio de Mattos Rodrigues



Imagem 14 – Atividade realizada com turma de Educação Infantil

foto Márcio de Mattos Rodrigues

Para uma maior interação com o grupo dos pequenos, utilizo um desenho para colorir com a imagem de um índio brasileiro conhecido como Botocudo¹. Essa imagem tem a real intenção de descaracterizar a figura do índio norte americano, incansavelmente apresentada em salas de aula como figura padrão indígena.

Após a conversa inicial, as crianças são divididas em grupos, são distribuídos kits com giz de cêra colorido e um desenho para que cada um pinte da forma como lhe agrade. Durante essa atividade “passeio” entre os grupos e comento sobre os desenhos, adicionando algum detalhe sobre a vida dos grupos indígenas.

Abaixo, reproduzo o desenho trabalhado.

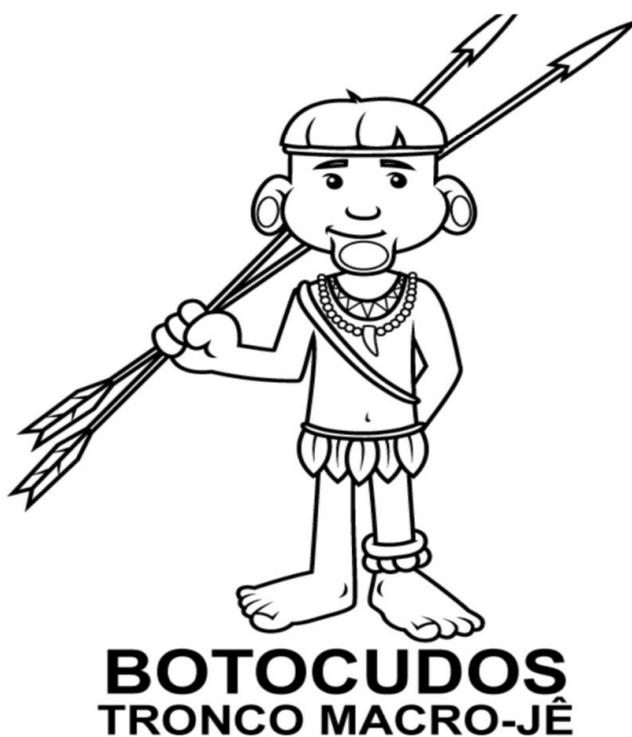


Imagem 15 – Desenho utilizado para turmas de Educação Infantil

Botocudos - Botocudo é um nome genérico aplicado aos índios que tinham como padrão de cultura o uso de botoques de madeira, auriculares e labiais, prezando por adornos corporais (pulseiras, perneiras, colares e pintura no corpo) (MARCATO, 1979)

O objetivo desse trabalho é que, através das experiências adquiridas ao longo desses anos de convívio no Instituto Anchieta de Pesquisas, elaborar uma cartilha no formato de quadrinhos com conteúdo que aborde a História dos Povos Originários do Brasil, Arqueologia e Patrimônio Histórico. A cartilha será elaborada de forma que possa atender ao público que visita o espaço. Além de informações históricas, dados sobre peças expostas no museu, terá em seu conteúdo atividades como, desenhos para colorir, caça-palavras, jogo da velha, jogo dos erros e outros que serão desenvolvidos ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa. Esse pequeno livreto será distribuído aos visitantes que poderão contar com informações complementares sobre o local visitado.

Como fonte para a elaboração dessa cartilha, tomei como exemplo as publicações:

HERBERTS, Ana Lucia, COMERLATO, Fabiana. “Uma casa muito diferente – conhecendo o Patrimônio Arqueológico do Planalto Sul-Brasileiro”. Florianópolis, SC: Scientia Consultoria Científica, 2007. (imagem 16)

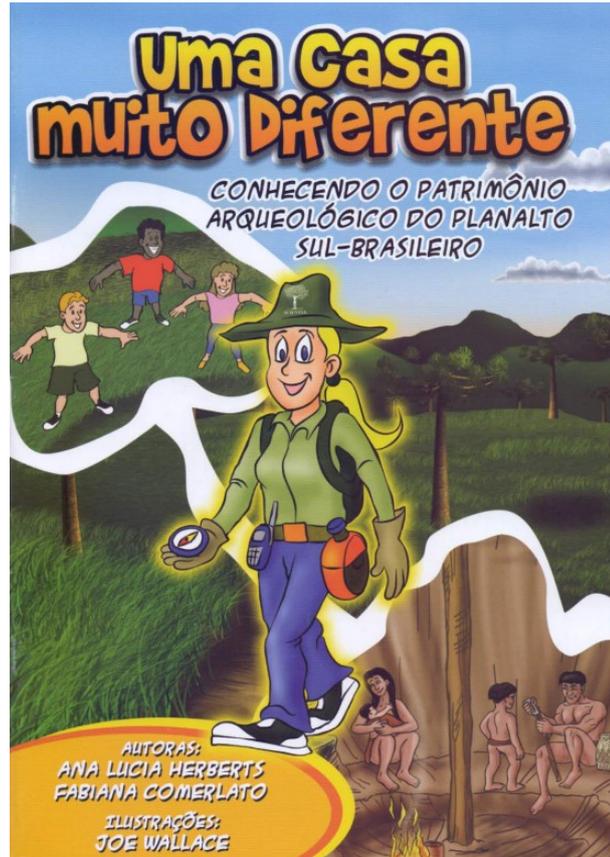


Imagem 16 – Publicação de Herberts e Comerlato

MARTINS, Dilamar. “Arqueologia na região Centro-Oeste do Brasil”. Goiás, GO: Universidade Federal de Goiás, 2002.



Imagem 17 – Publicação de Martins

VICROSKI, Cristine Mallmann, VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. “Uma aventura arqueológica no museu”. Porto Alegre, RS. Veon Livraria e Editora, 2014.

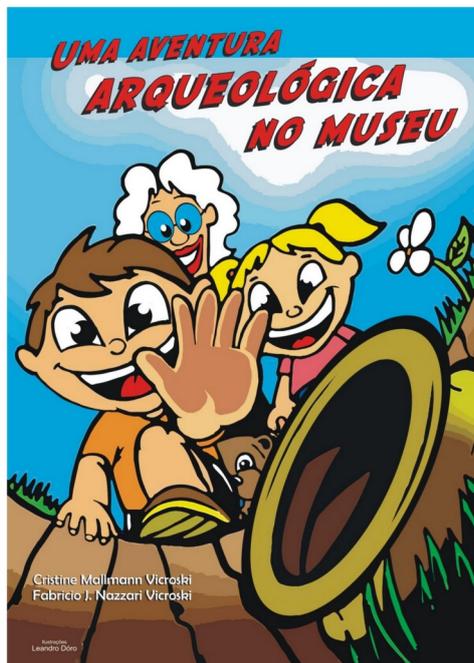


Imagem 18 – Publicação de Vicroski

Apresento a seguir, excertos da publicação de Vicroski como exemplos do trabalho a ser desenvolvido.



UMA AVENTURA ARQUEOLÓGICA NO MUSEU



COMIAM FRUTAS, PLANTAVAM, FAZIAM REMÉDIOS COM AS PLANTAS, CAÇAVAM E COZINHAVAM.

ELLES COZINHAVAM EM PANEIS DE BARRO COMO ESTA QUE A DARA ACHOU.

VOCÊS TIVERAM SORTE: COMO SÃO ANTIGAS, NEM SEMPRE É POSSÍVEL ENCONTRÁ-LAS INTEIRAS. MUITAS VEZES RESTAM SÓ ALGUNS PEDACINHOS...



ELLES FAZIAM FLECHAS, MACHADOS E LANÇAS USANDO MADEIRA, OSSOS E PEDRA.

PARA ISSO, LASCAVAM UM PEDAÇO DE PEDRA OU POLIAM ESFREGANDO UMA PEDRA NA OUTRA.



COM ESSAS TÉCNICAS, FAZIAM OS MAIS VARIADOS TIPOS DE OBJETOS:



FIM

CAÇA-PALAVRAS

ENCONTRE AS SEGUINTE PALAVRAS:

CASA SUBTERRÂNEA	SAMBAQUI
ARQUEÓLOGOS	MACHADO
HISTORIADOR	CERRITO
CAVERNA	FLECHA
MUSEU	

ALKFHASLKHFPADSLFADSPUIJFDASOIJFDGFD
 ASFQWIJNCAVERNIAHGFSDDFADSGFDASFDSF
 ASFSADFDDAFADSFDFADAOFOADSIFDAS
 OIJFOASIJFCERRITOPIDASJPOFIDJASPOFIJA
 SDPIOFJPHISTORIADORJPFHADSHGPOASHGA
 SIOVAMUSEUEUEHNJFOIADSJFPOADMIUFIPAD
 FHNFPADSIOJVOASINPOGHJDSOIFHUDSJLHFL
 LSIAJFPOIADSSAMBAQUISPFJASDIEGFPDSL
 EFPIDSAJPOFIJMACHADOOIPASJFPIOJADSE
 CIJASDPOIFJADSPFUASDHFOIADSUFIPOCD
 HJFPLJASDOIJUFARQUEÓLOGOSJFOASDJFPO
 ASDIJFOADSIJFOASIJFOASIJFPODISJFA
 OCASASUBTERRANEAPASOJFPASIOUFAOI

PESSOAL, AGORA VAMOS BRINCAR.
 ESCREVA A INICIAL DE CADA FIGURA
 E DESCUBRA O NOME DOS
 UTENSÍLIOS INDÍGENAS.

DESENHE O ROSTO DA DARA

Jogo dos 7 erros

Para colorir

A parte gráfica será pelo premiado cartunista e ilustrador Tacho, com quem já mantenho tratativas sobre a criação dessa cartilha e demonstrou enorme interesse em participar desse projeto. Para isso faz-se necessária a busca de recursos financeiros para a realização desse trabalho. Tais recursos podem provir da iniciativa privada, com a inserção de propagandas na última capa como apoiadores culturais. Esse patrocínio está amparado legalmente pela lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac. Para isso, destaco o artigo 18 desta lei:

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5o, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1o desta Lei.

§ 1o Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3o, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de:

- a) doações; e
- b) patrocínios.

§ 2o As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional.

§ 3o As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1o, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

- a) artes cênicas;
- b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;
- c) música erudita ou instrumental;
- d) exposições de artes visuais;

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;

f) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;

g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

5. CONCLUSÃO

Qual a função dos museus? Poulot descreve um manifesto publicado no início da década de 1970, que identificava cinco funções elementares dos museus: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. Inicialmente, os museus eram espaços destinados a guardar e expor curiosidades. Poulot destaca a importante mudança na concepção paradigmática dos museus enquanto *dépôts* (depósitos de objetos) para *expôts* (exposição de objetos), redefinindo significativamente seus papéis. Devem ser consideradas ainda as características fundamentais das instituições museais, como: a missão estabelecida quando do momento de sua fundação; a estrutura administrativa e profissional da instituição; a natureza das coleções permanentes; e a própria caracterização do prédio, no que diz respeito à sua arquitetura. Para o historiador francês, manter suas características locais, no que concerne a aspectos culturais regionais, é o grande desafio dos museus, ao invés de se prestar ao mero colecionismo.

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História procurou demonstrar sucintamente a idéia de um projeto que já está em andamento. As práticas pedagógicas vivenciadas no espaço museológico ao longo desses 3 últimos anos contribuíram muito para o despertar da necessidade de um material complementar para as atividades desenvolvidas nesse ambiente.

Será necessário um tempo maior para o aprofundamento nas pesquisas nos campos da História, Pedagogia e Museologia. Apesar da ampliação teórica e metodológica, essa cartilha contará com informações claras e objetivas, visando atingir um público sem qualquer distinção educacional ou social.

Participar desse local ímpar no ambiente acadêmico me proporcionou, conhecimentos, experiências, novas amizades, mas acima de tudo, desenvolver um amor pelo patrimônio histórico arqueológico por suas infinitas formas em agregar sentimentos aos visitantes desse local.

Encerro essa conclusão com um trecho do livro “Medo e ousadia: o cotidiano do professor” de Paulo Freire e Ira Shor, que consegue traduzir literalmente essa produção.

“ penso que deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem.” FREIRE, SHOR, 2006, p. 122,

6. REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Betty. Contar Histórias: Uma arte sem idade. São Paulo, SP: Editora Ática, 1999.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 2000.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003,

MARCATO, Sonia. 1979. A repressão contra os Botocudo em Minas Gerais. In: Boletim do Museu do Índio. (Etno-História). Rio de Janeiro, 1979, n. 1

MORAES, Allana Pessanha de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NETO, Jandira. PRONAPA - Uma história da Arqueologia Brasileira contada por quem a viveu - Entrevistado Prof. Dr. Ondemar Dias. Instituto de Arqueologia Brasileira. 2014. <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>

POULOT, Dominique. Museu e Museologia. Editora Autêntica. Belo Horizonte. 2013.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI & PINSKY. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2002.

SCHIMITZ, Pedro Ignácio. Arte Rupestre no Centro do Brasil: Pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia. São Leopoldo, RS: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1984.

SCHIMITZ, Pedro Ignácio. As pinturas do projeto Serra Geral: Sudoeste da Bahia. São Leopoldo, RS: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1997.

VICROSKI, Cristine Mallmann, VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. “Uma aventura arqueológica no museu”. Porto Alegre, RS. Veon Livraria e Editora, 2014.

<https://arqueologiaupf.files.wordpress.com/2016/08/uma-aventura-arqueolc3b3gica-no-museu.pdf> – acesso em 11.04.2020